

CONFLITOS NO CAMPO 2023

ANÁLISE DOS DADOS REGISTRADOS EM GOIÁS



EXPEDIENTE

Realização: CPT Goiás Sistematização dos dados: Centro de Documentação Dom

Tomás Balduino da
Comissão Pastoral da Terra

Análise dos dados e texto: Equipe CPT Goiás

Redação e produção de gráficos: Marília da Silva

Agradecimentos: Aos/às agentes pastorais e equipes diocesanas da CPT Goiás; à equipe do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da Comissão Pastoral da Terra (Cedoc-CPT) e toda a equipe da CPT Nacional; às comunidades acompanhadas de todo o estado de Goiás; aos bispos do conjunto das Dioceses CNBB-CO.

Foto da capa: Julia Barbosa

Mapa: Paulo André Rodrigues

Diagramação: Alex Fróes

Apoio: Misereor

Parceria: Entraide & Fraternité, Development and Peace, Irmãs de Santa Cruz

Sumário

Conflitos no Campo em Goiás 2023

Apresentação	04
Análise dos dados	06
Terra	07
Ocupações	12
Água	13
Violência contra a pessoa	13
Mapa	15
Trabalho Escravo	16
Manifestações de Luta	17
Considerações finais	18

APRESENTAÇÃO

A Comissão Pastoral da Terra divulga anualmente um relatório com a análise dos dados sistematizados por meio do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc) sobre as ocorrências de conflitos no campo registradas ao longo do ano anterior em todo o país.

A partir do caderno Conflitos no Campo Brasil 2023, elaboramos esta publicação, para apresentar os dados registrados no estado de Goiás, lançando um olhar sobre a realidade camponesa local a partir da análise dessas ocorrências.

O número de conflitos no estado de Goiás aumentou de forma assustadora no último ano. Em 2023, Goiás passou de 9º para 5º estado com maior número de registros de conflitos no campo em todo o Brasil, sendo o 1º em número de trabalhadores resgatados do trabalho escravo e o 5º em ocorrências de conflitos por terra e de violências decorrentes deles.

Dentre os principais causadores de conflitos por terra no estado de Goiás, os principais causadores dessas violências e demais violações de direitos são fazendeiros e o governo estadual de Goiás, reforçando os indícios de formação de milícias contra agricultores familiares, e principalmente, famílias acampadas que reivindicam o acesso a terra.

As equipes pastorais da CPT Goiás junto aos movimentos sociais e comunidades vítimas da violência e da injustiça, foram testemunhas do dia a dia de tensões vivido por muitas comunidades no interior do estado, neste período. Inúmeras denúncias e enfrentamentos institucionais foram necessários para garantir que tantas ameaças não culminassem em episódios mais trágicos e em danos irreparáveis para famílias que vivem no campo.

A intensificação e as novas facetas dos conflitos no meio rural em Goiás revelam o grande investimento do governo do estado em uma política contra a Reforma Agrária e contra os direitos fundamentais da população do campo, assumindo uma atuação que desrespeita de forma acintosa a Constituição Federal do Brasil.

Em 2023, quatro projetos de lei considerados inconstitucionais foram apresentados pela base do governo estadual à Assembleia Legislativa de Goiás, e pelo próprio governo, para criminalizar e punir as pessoas que lutam pelo acesso à terra por meio da reforma agrária, conforme previsto na legislação brasileira. Outros Projetos de Lei com texto muito semelhante foram apresentado a seguir a assembleias de outros estado e à Câmara Federal.

A aprovação da Lei Estadual Nº 22.419/2023, no final do ano, criou mecanismos para repressão e supressão de direitos de famílias acampadas à beira de rodovias, uma população já extremamente vulnerável. A nova lei tem garantido amparo legal para ações de intimidação, coerção e ameaças que já vinham sendo praticadas por agentes do governo de Goiás desde o ano de 2022. Goiás, assim, larga na frente na legalização da violência no campo no Brasil. A CPT e demais Movimentos sociais e sindicais do campo atuam juntos para tentar anular os efeitos desta lei e incidem localmente contra a aprovação dos demais projeto de leis.

Vê-se que a onda de violência e criminalização de lideranças e movimentos sociais que ganhou força em meados de 2013 segue em ascensão no estado. Os registros de conflitos nos últimos dez anos mostram que essa violência se acentua na gestão do atual governador de Goiás, fundador da União Democrática Ruralista (UDR), que possui um histórico de articulação contra as organizações que reivindicam o acesso à terra e contra a própria realização da reforma agrária.

Em contraposição a este projeto de dominação e morte, os povos e comunidades da terra seguem produzindo vida em seus territórios, clamamos por justiça, fazendo a memória de seus mártires. Com agroecologia, combatem a dependência do agrotóxico e produzem saúde. Fiéis à missão que nos foi deixada, atuamos junto aos povos da terra, em defesa de nossa Casa Comum. Isto é um chamado à ação.

ANÁLISE DOS DADOS

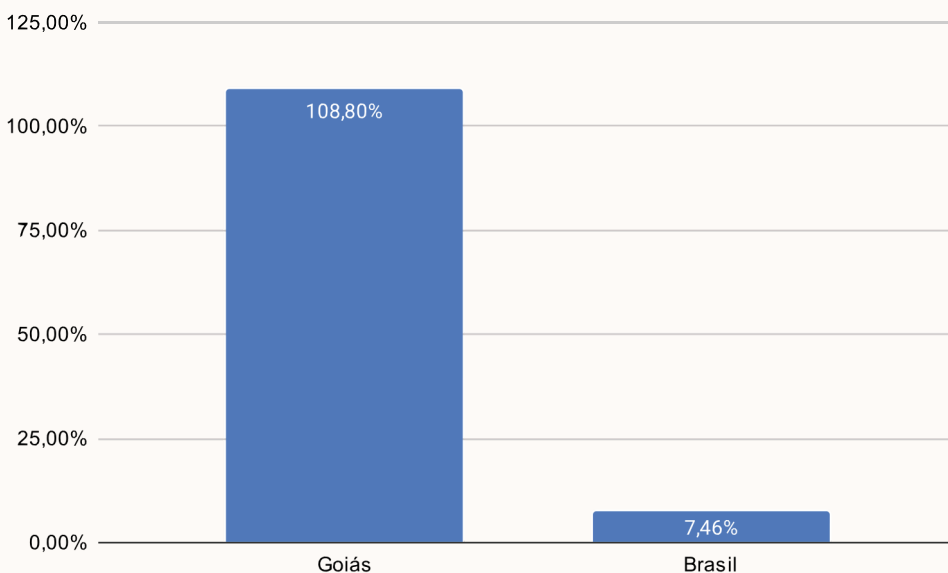
Os registros realizados por agentes pastorais de base de todo o país e pela equipe de documentaristas do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da Comissão Pastoral da Terra (Cedoc-CPT) são organizados e sistematizados em tabelas, gráficos e mapas a partir de eixos temáticos que caracterizam diversas formas como estes conflitos vêm historicamente ocorrendo no Brasil.

Os Eixos temáticos são: Conflitos por Terra (que incluem diversas formas de violências contra a ocupação e a posse de terras e também as ocupações de terras realizadas por trabalhadores e movimentos do campo), Conflitos por Água, Conflitos Trabalhistas (que envolvem superexploração e trabalho escravo), Violências contra a pessoa e Manifestações de Luta.

O total de registros realizados em Goiás em 2023, somando todos os eixos, mais que dobrou em relação ao ano anterior. Foram 167 ocorrências registradas. Comparado a 2022, quando foram registrados ao todo 80 conflitos, o número representa um aumento de 108,8% em número de casos, o maior aumento percentual anual dos últimos 10 anos. O recrudescimento da violência no estado poderá ser visto, em detalhes, na análise dos dados de cada eixo.

O Gráfico 1 mostra a comparação entre o aumento percentual de ocorrências em Goiás e no Brasil entre 2022 e 2023.

GRÁFICO 1: Aumento percentual no número de conflitos registrados em todo o Brasil e em Goiás entre 2022 e 2023.

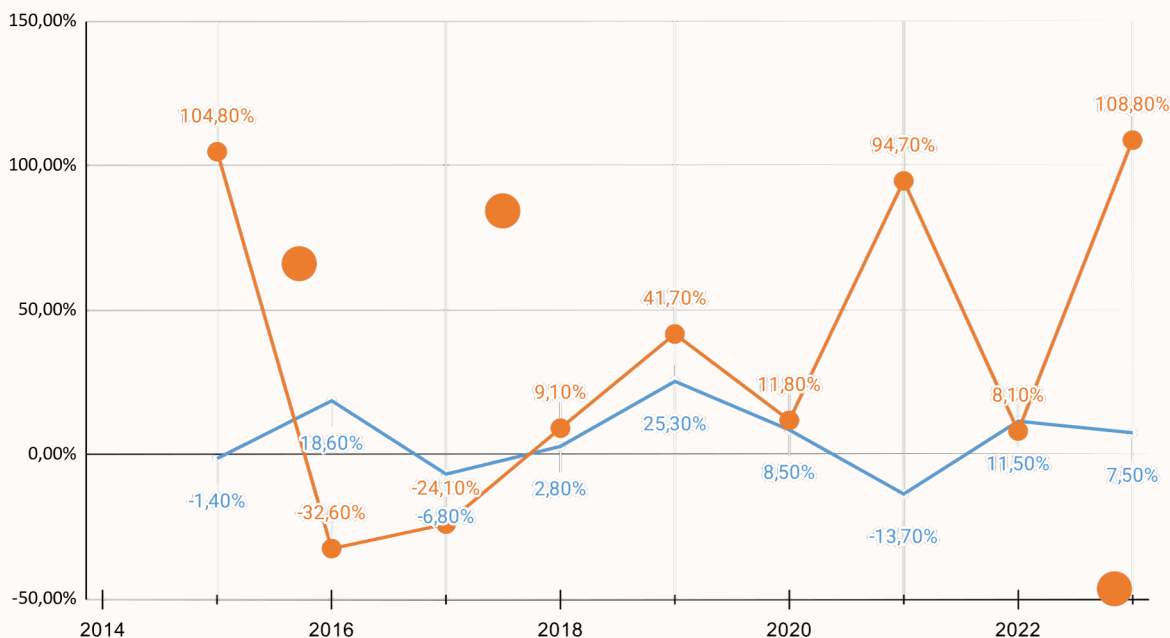


Fonte dos dados: CPT Nacional, 2024.

O Gráfico 2 mostra a variação percentual anual no número total de conflitos registrados em Goiás e no Brasil, ao longo dos últimos dez anos. É possível observar que, desde 2018, o percentual de aumento nos conflitos registrados em Goiás se mantém positivo, com grande incremento nos anos de 2019, 2021 e 2023. Enquanto a média anual brasileira de crescimento no número de conflitos registrados foi 5,8%, a média goiana foi de 35,8%, neste período.

GRÁFICO 2: Aumento percentual no número de conflitos registrados no Brasil e em Goiás - Série histórica 2014-2024.

— Brasil
● Goiás



Média de crescimento anual: ● Brasil 5,8% ● Goiás 35,8%

Fonte dos dados: CPT Nacional, 2024.



Famílias acampadas sofrem despejo sem ordem judicial em Nova Crixás (GO) (Foto: Divulgação)

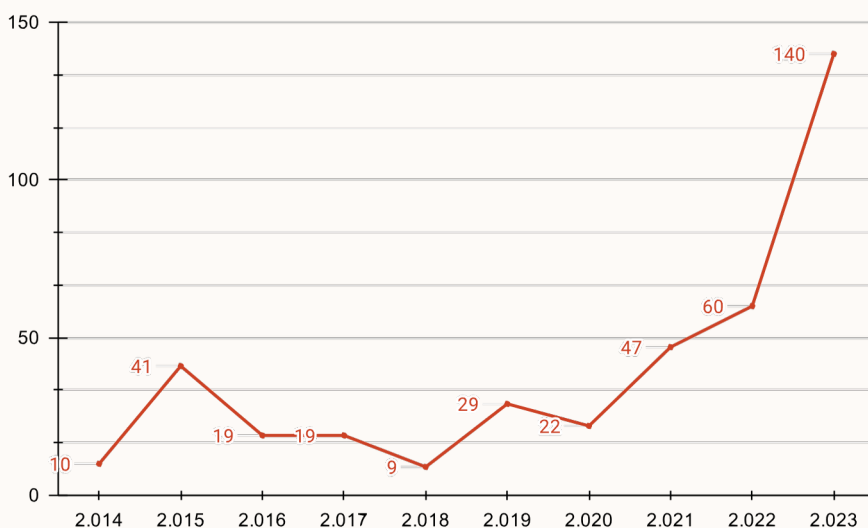
TERRA

O aumento mais significativo em número de registros se deu no Eixo Terra, revelando um re-crudescimento da violência contra a ocupação e a posse da terra no estado. No ano passado, foram registradas 140 ocorrências de conflitos por terra, sendo apenas 3 ações de ocupação de terras no estado, duas delas referentes a uma mesma área, pertencente à União, e 137 registros de violência contra a ocupação e a posse, 82,0% de todas as ocorrências registradas em 2023.

Este número coloca Goiás como o 5º estado com maior número de registros de conflitos por terra em todo o Brasil, com um aumento de 133,3% em relação ao ano passado, quando foram registradas 60 ocorrências.

No Gráfico 3, apresentamos a variação no número de registros de violência contra a ocupação e a posse nos últimos dez anos (Série histórica 2014-2023). Aqui também é possível observar o movimento ascendente no número de conflitos nos últimos 5 anos, que, em 2023, atingem um pico muito elevado. Os conflitos deste período estão relacionados à última fase de expansão da fronteira agrícola do latifúndio do agronegócio e da mineração no estado, que se intensifica nos últimos anos, com o investimento autoritário do governo estadual em uma política Anti-Reforma Agrária.

GRÁFICO 3: Ocorrência de Conflitos por Terra Série Histórica 2013 a 2022

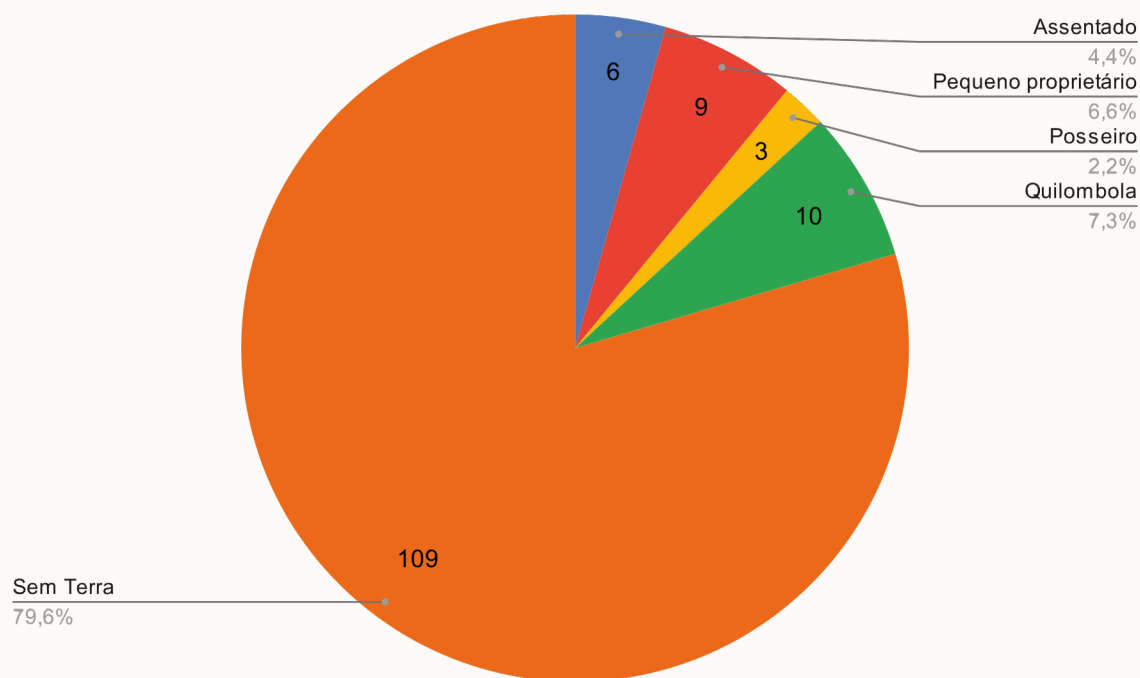


Fonte dos dados: CPT Nacional, 2024.

Desde o ano de 2021 vêm se intensificando o processo de mapeamento, monitoramento, perseguição e violência contra as famílias acampadas no estado de Goiás. Tais ações do governo de Goiás têm sido apresentadas como a solução para acabar com a reforma agrária. No entanto, ao fazer isso, o governo de goiano promove ações contra o erário público ao defender fazendeiros e empresários, que se venderem as fazendas reivindicadas para a reforma agrária, não seria possível saldar a dívida que cada uma possui em tributos, dívidas trabalhistas e multas ambientais.

Este total de 140 conflitos atingiu 3.887 famílias em 42 comunidades rurais, entre acampamentos e assentamentos de reforma agrária, comunidades quilombolas, comunidades de pequenos proprietários de terra vítimas de violações de direitos humanos no estado de Goiás, conforme segue:

GRÁFICO 4 - Vítimas da violência contra a ocupação e a posse em Goiás - 2023



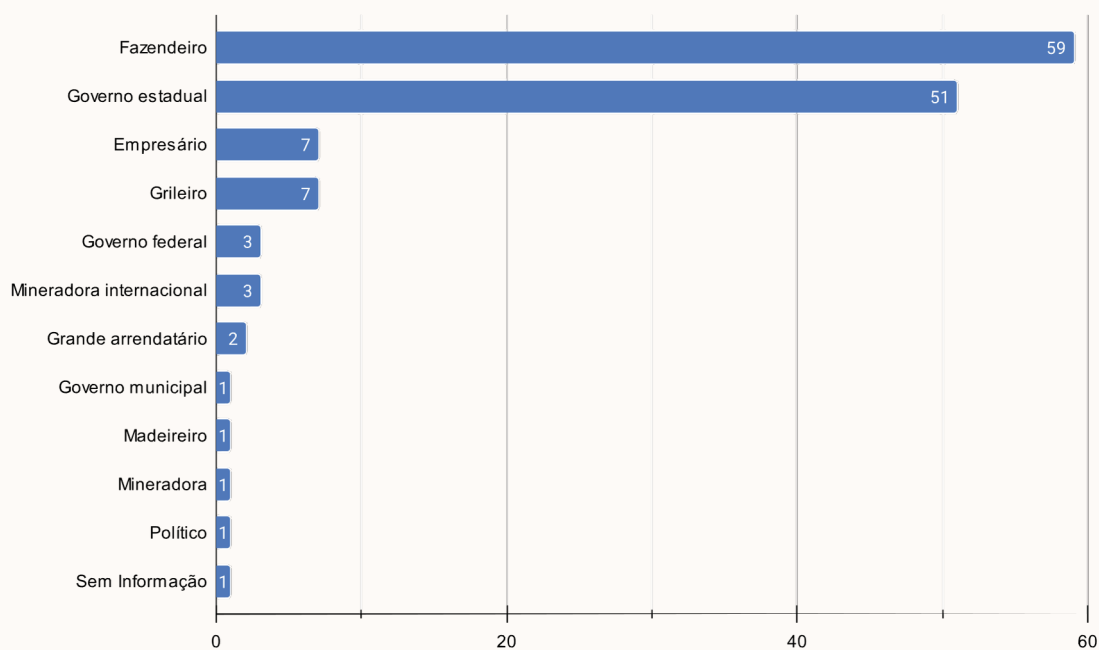
Fonte dos dados: CPT Nacional, 2024.

A categoria Sem Terra, que designa famílias que vivem em Acampamentos para reivindicar o acesso a terra por meio da reforma agrária, segue sendo a maior vítima de ações violentas no campo em Goiás. O percentual de violências que atingiu esta categoria aumentou de 44,6% em 2022 para 79,6% em 2023. As ocorrências apontam para uma relação direta com ações do governo de Goiás e com a aprovação de leis que criminalizam de forma seletiva apenas as pessoas que se organizam pelo direito a terra.

A categoria Quilombola aparece em seguida, se configurando como vítima em 10 casos, a categoria Pequenos proprietários em 9 casos, Assentados em 6 casos e Posseiros em 3.

Este cenário é consequência direta da perseguição organizada pelo governo estadual contra os acampamentos de famílias que reivindicam Reforma Agrária no estado de Goiás.

GRÁFICO 5: Categorias causadoras da violência contra a ocupação e a posse em Goiás em 2023.



Fonte dos dados: CPT Nacional, 2024.

As categorias Fazendeiro e Governo Estadual foram as duas maiores causadoras de conflitos por terra em Goiás, sendo a primeira responsável por 59 ocorrências e a segunda por 51. Juntas, as são responsáveis por 80,30% dos casos de violência contra a ocupação e a posse no estado. As categorias Empresário e Grileiro foram responsáveis por 7 conflitos, o terceiro maior número registrado. Os dados mostram também as categorias Mineradora Internacional e Governo Federal como causadores em 3 conflitos cada uma, Grande arrendatário em 2, e Governo municipal, Mineradora, Madeireiro e Político em 1 ocorrência. Também foi registrada uma ocorrência sem identificação de agente causador.

Na Tabela 1, é possível verificar as diferentes formas de violência identificadas no conjunto das ocorrências de conflitos por terra, sendo que, em uma mesma ocorrência, diferentes formas de violência podem ocorrer. O conjunto de tipos de violência descritos na tabela revelam as estratégias historicamente utilizadas pelos causadores de conflitos para desestabilizar, impedir ou inviabilizar a permanência de famílias em suas terras e territórios.

Em 2023, houve um aumento gritante no número de casos de Pistolagem em conflitos por terra em Goiás, que subiu de 19 ocorrências, em 2022, para 92. Outro número que sofreu forte elevação foi o de Invasões, que subiu de 18 para 41 ocorrências.

Os registros apontam que a recorrência destes dois tipos de violência está relacionada às pressões e ataques sofridos pelas famílias que vivem e se organizam em acampamentos de para reivindicar o acesso à terra por meio da reforma agrária.

TABELA 1: Tipo de violências contra comunidades registrados em conflitos por terra - Goiás 2023

TIPO DE VIOLÊNCIA	Nº DE CASOS
Pistolagem	92
Invasão*	41
Ameaça de expulsão	12
Destruição de pertences	11
Destruição de Casa	9
Grilagem	8
Destruição de roçados	7
Impedimento de acesso a áreas de uso coletivo	5
Ameaça de despejo judicial	4
Desmatamento ilegal	4
Violações nas condições de existência	3
Incêndio	2
Expulsão	1
Omissão/Conivência	1
Contaminação por agrotóxico	-
Despejo judicial	-

*Na metodologia de registro da CPT, o termo "Invasão" se refere à invasão de territórios onde vivem comunidades/famílias vítimas de conflitos.

Fonte dos dados: CPT Nacional, 2024.

Trata-se de indícios fortes de formação de milícias, já que são ações de intimidação, ameaça, destruição das casas de famílias acampadas, proibição das famílias ampliarem os acampamentos, ou até mesmo de reformar a lona dos barracos antigos. Tudo isso é feito sem qualquer inquérito policial ou ordem judicial, e são praticadas por agentes privados contratados por fazendeiros e pelas forças policiais do governo de Goiás, que em alguns casos atuaram juntamente com agentes privados, utilizando inclusive, tratores e maquinários de fazendeiros da região.

Apesar do enorme número de conflitos e de violências registradas, que incluem 1 expulsão, 4 Ameaças de Despejo Judicial e 12 Ameaças de expulsão, encerramos também o ano de 2023 sem nenhuma ocorrência de Despejo Judicial, resultado da união de esforços entre movimentos do campo, organizações populares e entidades de defesa dos Direitos Humanos da população do campo. Segue em destaque a atuação dos bispos da igreja católica, organizados na Conferência dos Bispos do Brasil do regional Centro-Oeste (CNBB-CO), que mantém o seu compromisso na defesa da vida e na garantia de dignidade para populações vulneráveis do estado de Goiás.

OCUPAÇÕES

Em 2023, foram registradas 3 ações de ocupação de terra no estado de Goiás, duas delas em uma mesma área, a Fazenda São Lukas, no município de Hidrolândia. A primeira ocupação da área foi realizada pelo Coletivo de Mulheres do MST Goiás, no mês de março, como parte das Jornadas de Lutas das Mulheres Sem Terra. Com a ação, as mulheres reivindicavam a destinação da propriedade para a Reforma Agrária, denunciando que a fazenda pertencia a um grupo condenado por tráfico e exploração sexual de mulheres e jovens, tendo sido ar-

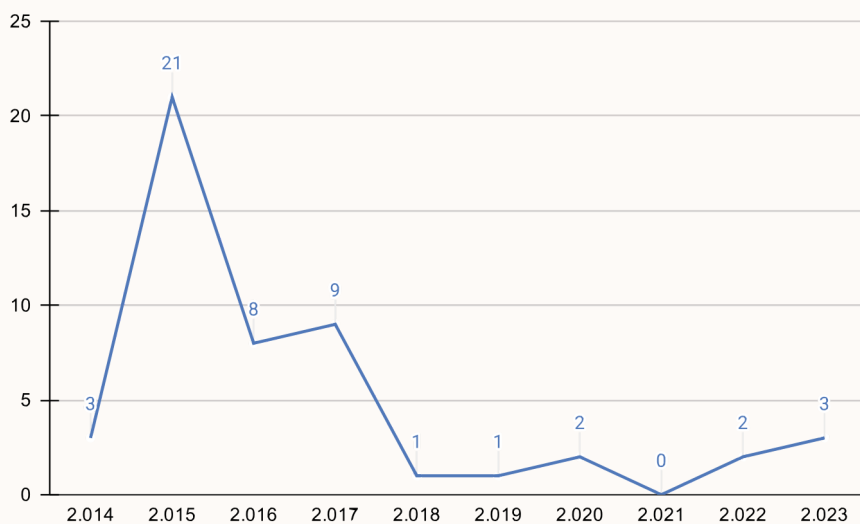


Segunda ocupação do Acampamento Dona Neura, em Hidrolândia, pelo MST Goiás: fazenda destinada para Reforma Agrária! (Junho 2023) (Foto: Julia Barbosa)

restada e incorporada ao patrimônio da União. Por pressões diversas, o grupo deixou o local em poucos dias. Após negociação com Secretaria de Patrimônio da União, a transferência da fazenda para o INCRA e sua destinação à Reforma Agrária ficou assegurada. Em junho, em uma nova ação de ocupação, as famílias conseguiram estabelecer acampamento definitivo no local, que foi nomeado como Acampamento Dona Neura, em homenagem a Neurice Torres. Neura, como era conhecida, foi militante do MST, assentada da Reforma Agrária em Minaçu e participava ativamente das atividades da CPT Goiás na Diocese de Uruaçu. Ela foi vítima de feminicídio no dia 11 de setembro de 2022.

Vale ressaltar que apesar da redução do número de ocupações no estado de Goiás, não houve uma redução expressiva de famílias acampadas, porém, se levarmos em consideração o aprofundamento do processo de criminalização de lideranças e movimentos, além do desmonte de normas e arcabouços legais de proteção de direitos humanos que vêm ocorrendo desde 2013 no Brasil. Ou seja, em função do risco crescente de violência e de cerceamento da liberdade e de organização da sociedade civil, houve reflexo na quantidade de ocupações, conforme segue:

Gráfico 6: Número de ações de ocupações de Terra em Goiás - Série Histórica 2014-2023



Fonte dos dados:
CPT Nacional, 2024.

ÁGUA

Em 2023, foram registrados 10 conflitos pela água em Goiás, o dobro do registrado em 2022. Estes conflitos impactaram 688 famílias em 7 municípios do estado. O conjunto de famílias impactadas no último ano, no entanto, foi menor do que o registrado em 2022, quando houve registro de três ocorrências relacionadas ao Não cumprimento de procedimentos legais na Construção de Barragens.

O quadro a seguir apresenta informações sobre os registros, identificando o município onde o conflito ocorreu, a categoria que o causou, a categoria que sofreu a ação e qual foi a situação de conflito. É possível observar que, também no Eixo Água, a categoria Fazendeiro foi a maior responsável por conflitos em Goiás (5 ocorrências), seguida das Mineradoras Internacionais (3 ocorrências) e Mineradora (2 ocorrências).

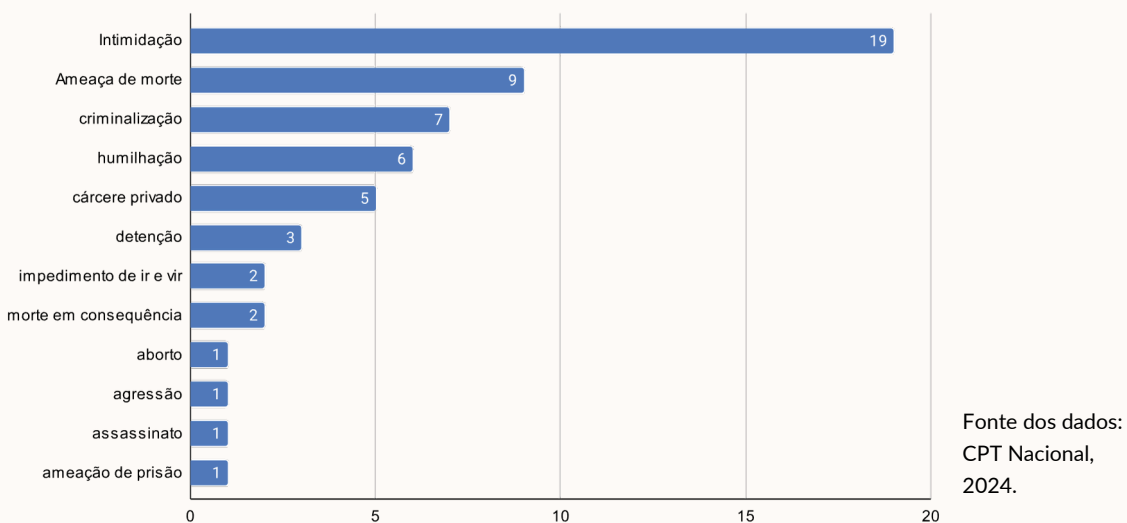
MUNICÍPIO	CATEGORIA CAUSADORA	CATEGORIA IMPACTADA	SITUAÇÃO DO CONFLITO PELA ÁGUA
Catalão (GO)	Mineradora internacional	Pequeno proprietário	Diminuição do acesso à Água
Catalão (GO)	Mineradora internacional	Pequeno proprietário	Diminuição do acesso à Água
Catalão (GO)	Mineradora internacional	Pequeno proprietário	Diminuição do acesso à Água
Formosa (GO)	Fazendeiro	Sem Terra	Impedimento de acesso à água
Formosa (GO)	Fazendeiro	Pequeno proprietário	Contaminação por agrotóxico
Ipameri (GO)	Mineradora	Ribeirinho	Impedimento de acesso à água
Mimoso de Goiás (GO)	Fazendeiro	Quilombola	Impedimento de acesso à água
Minaçu (GO)	Mineradora	Posseiro	Destruição e ou poluição
Nova Roma (GO)	Fazendeiro	Quilombola	Destruição e ou poluição
Santa Helena de Goiás (GO)	Fazendeiro	Sem Terra	Contaminação por agrotóxico
Total			10 OCORRÊNCIAS

Fonte dos dados: CPT Nacional, 2024.

VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA

Os registros de violência contra a pessoa registrados em 2023 confirmam o agravamento dos conflitos no estado de Goiás. Em 57 das 167 ocorrências de conflitos registradas em 2023, foram registradas diferentes formas de violência contra pessoas, um número 78% maior do que o registrado em 2022.

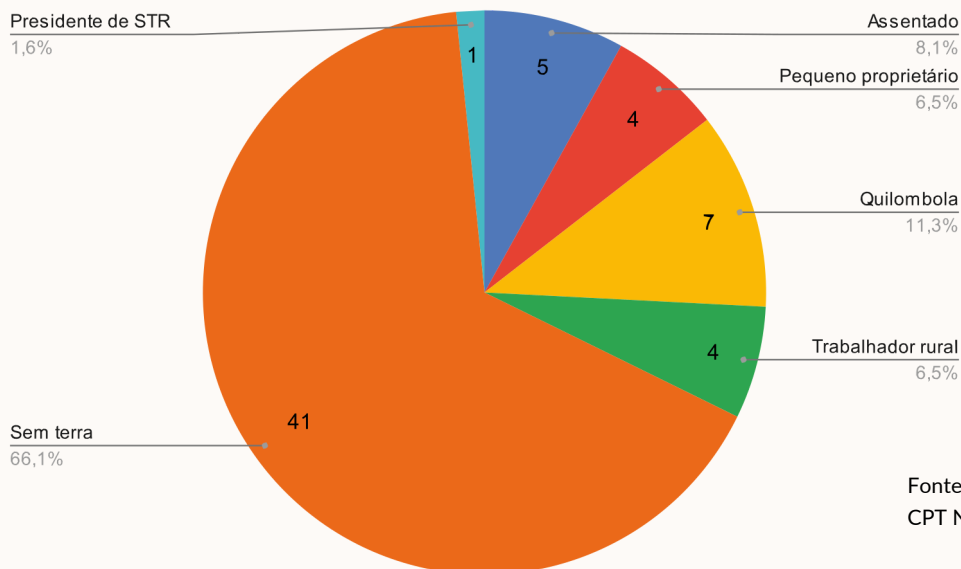
GRÁFICO 7: Formas de Violência contra a pessoa e número de casos - Goiás 2023



Os registros de ameaças de morte subiram para 9 casos com 10 pessoas ameaçadas, 3 a mais do que registrado em 2022, que já era o maior dos últimos 20 anos. As ações de intimidação, que foram o maior número de registros também naquele ano, subiram de 12 para 19.

O gráfico a seguir mostra as categorias de vítimas de violência em conflitos no campo no ano de 2023. De acordo com os dados, 41 das 62 vítimas de violências no campo em Goiás, ou seja, 66,12% das vítimas, eram moradores/as de acampamentos, identificados na categoria Sem terra. Também foram vitimadas 7 Quilombolas, 5 Assentados/as, 4 Pequenos Proprietários e 4 Trabalhadores Rurais e 1 Presidente de Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR).

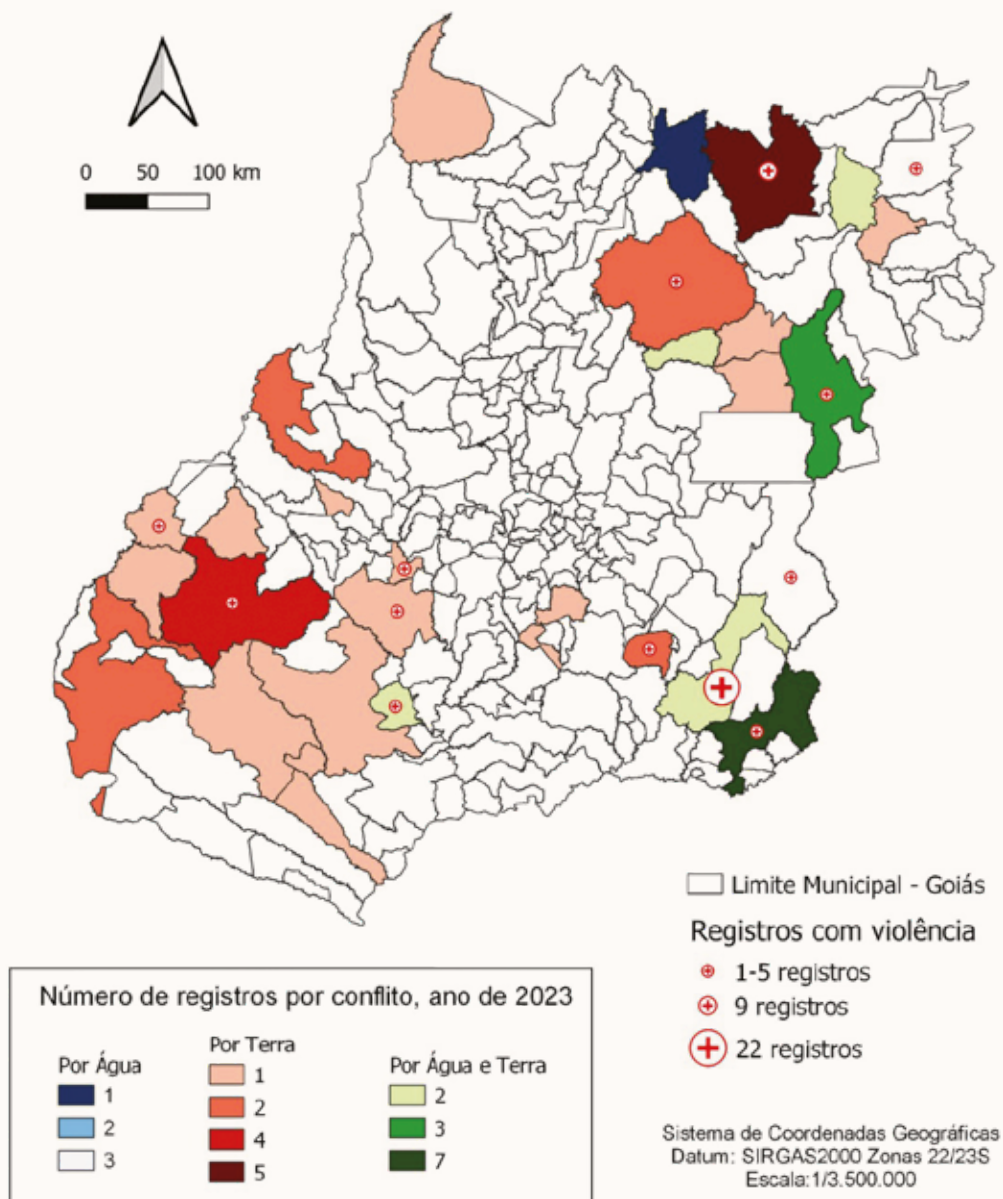
GRÁFICO 8: Categorias de vítimas atingidas pela violência contra a pessoa no campo em Goiás em 2023.



MAPA

No mapa de municípios do estado de Goiás a seguir, apresenta-se a distribuição espacial dos conflitos e as localidades onde ocorreram os registros de violência contra a pessoa, analisados no próximo tópico.

MAPA 1: Conflitos por Terra, pela Água e registros de Violência contra a pessoa em Goiás - 2022



Fonte dos dados: CPT Nacional, 2024. Elaboração: Paulo André Rodrigues

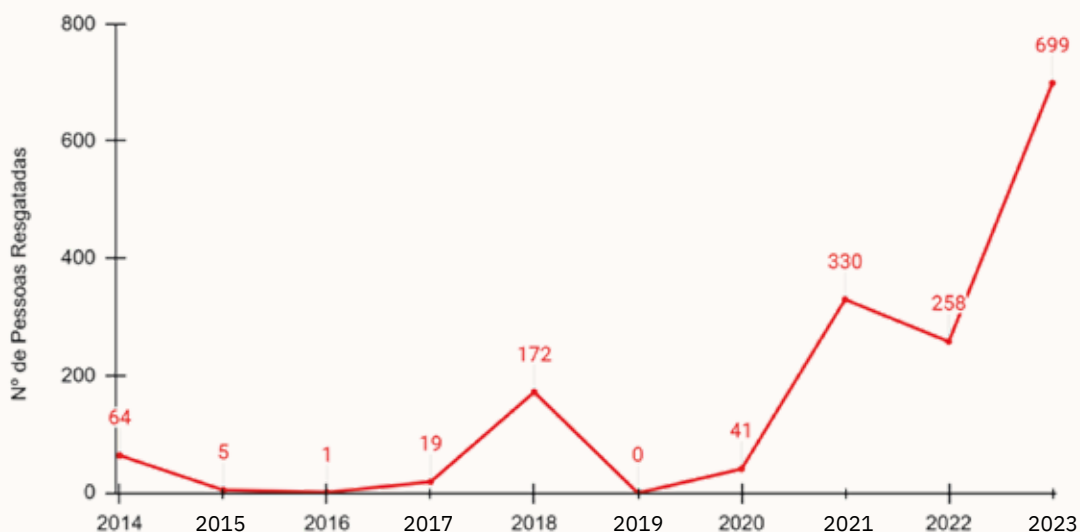
TRABALHO ESCRAVO

Ao longo de todo o ano de 2023, os dados relacionados às denúncias de trabalho escravo em Goiás se destacaram nos noticiários locais e nacionais. O aumento no número de pessoas resgatadas no estado se mostrava uma tendência desde 2019, com leve queda em 2022. No último ano, Goiás chegou ao topo da lista geral do trabalho escravo no Brasil, com 739 pessoas resgatadas do trabalho análogo à escravidão, 23% do total de trabalhadores resgatados em todo o país, que somam 3188 pessoas - o maior número já registrado desde 1995, quando iniciou-se a política de combate ao trabalho análogo à escravidão no Brasil.

Entre o total de pessoas resgatadas do trabalho escravo em Goiás no último ano, 699 pessoas, ou 94,5% delas, trabalhavam em atividades rurais. O número representa aumento de mais de 170% em relação à quantidade de pessoas resgatadas do trabalho escravo rural em 2022, quando, em 15 operações, 258 pessoas foram libertadas e indenizadas em Goiás.

Os dados das ocorrências confirmam que o agronegócio é o grande motor alimentado pelo trabalho escravo no estado e no país. Entre os 17 casos de trabalho escravo rural identificados em 2023, em 9 as vítimas eram trabalhadores rurais assalariados temporários, em 7 eram trabalhadores rurais assalariados permanentes e em uma ocorrência, relacionada ao resgate de um caseiro, não foi possível identificar esta informação.

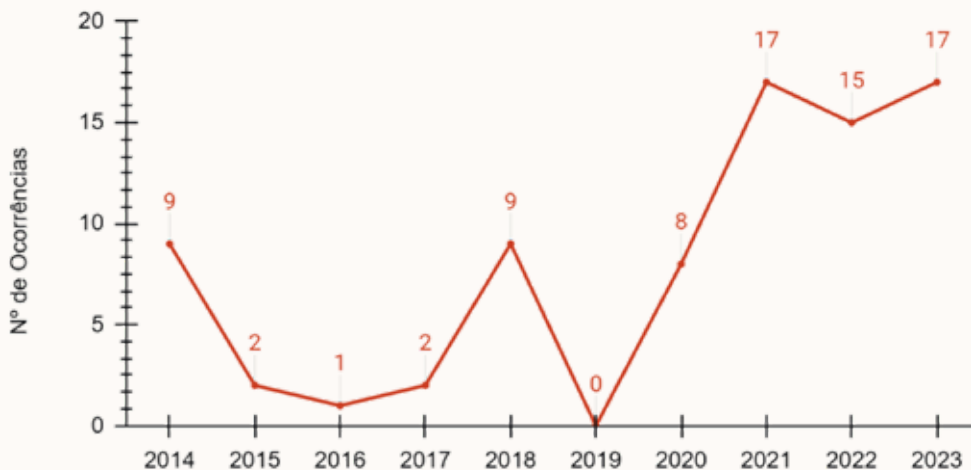
GRÁFICO 9: Número de ocorrências de trabalho escravo em Goiás - Série histórica 2014 - 2023



Fonte dos dados: CPT Nacional, 2024.

De acordo com o Panorama do Trabalho Escravo no Brasil, atualizado permanentemente pela Campanha Nacional Permanente “De Olho aberto para não virar escravo”, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), grande parte do volume de resgatados se concentra em poucos casos: 80% dos 739 resgatados de Goiás foram encontrados em 4 canaviais – 423 trabalhadores ou 60,51% – e em 2 lavouras de alho e cebola. Quase a totalidade das pessoas resgatadas eram contratadas por meio de empresas de prestação de serviço, ou seja, de forma terceirizada, confirmando a grande precarização do trabalho provocada pela Reforma Trabalhista realizada pelo governo Temer, em 2017.

GRÁFICO 10: Número de pessoas resgatadas do trabalho escravo rural em Goiás - Série histórica 2014 -2023



Fonte dos dados: CPT Nacional, 2024.

De acordo com os relatórios de fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), mesmo nas denúncias em que não foi configurado trabalho escravo, diversas formas de violação de direitos foram caracterizadas. Ao todo, 510 autos de infração foram lavrados nas ações de fiscalização. Para o ano de 2024, prevê-se uma forte queda no número casos de trabalho escravo identificados e de trabalhadores resgatados em Goiás e no Brasil, mas infelizmente, isso não significa nenhuma melhora na situação dos conflitos trabalhistas.

Ocorre que, no mês de janeiro, os Auditores-Fiscais do Trabalho iniciaram ações de mobilização por melhores condições de trabalho e até o mês de maio, quando esta publicação foi finalizada, ainda não tinha reassumido os cargos de chefia que coordenam as ações de fiscalização e combate ao trabalho escravo. No momento, estima-se que haja entre 60 e 80 denúncias represadas em Goiás desde o início do ano, o que resulta em uma queda de mais de 95% no número de pessoas resgatadas no primeiro quadrimestre de 2024 em relação ao mesmo período de 2023.

MANIFESTAÇÕES DE LUTA

Em 2023, o Cedoc registrou 13 manifestações de luta com a participação de 588 pessoas, uma manifestação a menos do que o número registrado em 2022, porém com um aumento significativo no número de pessoas participantes, que subiu para 588.

Uma das manifestações mais marcantes e com maior repercussão ocorreu no dia 23 de maio, na cidade de Catalão, quando um número significativo de famílias camponesas atin-

Comunidades rurais e população de Catalão (GO) fecha acesso a mineradoras para exigir abertura de diálogo com famílias judicializadas e sobre mitigação de impactos (MAIO/2023) (Foto: Divulgação)

gidas pela mineração bloqueou duas vias de acesso às instalações das duas mineradoras multinacionais que atuam na cidade, a Chinesa CMOOC e a estadunidense Mosaic. As famílias protestavam contra a política de apropriação dos territórios camponeses pelas mineradoras e contra a destruição de recursos naturais decorrente de sua atuação. Com a ação, as famílias atingidas pela mineração conseguiram ampliar o diálogo com representantes dos poderes executivo e judiciário no município e na esfera federal, em busca de maior respeito aos seus direitos.

Além desta manifestação, destaca-se a 17ª Romaria da Terra e das Águas, realizada no dia 3 de junho, também em Catalão, a audiência pública “Violência no Campo e o papel do Estado”, realizada no dia 2 de junho na Assembleia Legislativa do estado, provocada pelo Campo Unitário Goiás, as ações de solidariedade organizadas pelo MST Goiás e as ações públicas da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados apresentados, constatamos que no estado de Goiás ainda há uma tendência de alta nas ocorrências de conflitos, sobretudo nos conflitos por terra, muito relacionados com uma articulação nacional, baseada na aprovação de leis que ferem princípios de livre organização da sociedade civil previstos na Constituição federal, desconsidera entendimentos jurídicos estabelecidos em súmulas vinculantes do Supremo Tribunal de Justiça, oferecendo violência e tratando como crime, enquanto solução para um conflito social.

Mais uma vez, a unidade entre a CPT Goiás, os movimentos sociais e sindicais do campo organizados no Campo Unitário Goiás, em parceria com sindicatos urbanos, entidades de defesa de direitos humanos e parlamentares, foi preponderante para evitar que despejos ocorressem e que as denúncias de violações de direitos chegassem onde fosse possível.

Mas um dos maiores diferenciais que tivemos em 2023, em relação aos 6 anos anteriores, foi a resposta objetiva em defesa da vida e da Dignidade Humana nas ações de incidência política junto ao Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (DMCCA/MDA), Câmara de Conciliação Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (CCA/INCRA), Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça de Goiás (CSF/TJ-GO), Defensoria do estado de Goiás, Ministério Público Federal, Ministério Público de Goiás, Defensoria Pública da União, deputado Mauro Rubem e a Embaixada da Bélgica.

Importante destacar também a atuação dos Bispos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, regional Centro-Oeste (CNBBCO) que foram incansáveis e não mediram esforços em estabelecer diálogos em defesa da vida e da dignidade humana.

Sem essa capacidade de unidade e de articulação, das parcerias e apoios recebidos provavelmente muitas famílias teriam despejadas e vidas poderiam ter sido ceifadas neste ambiente de grande violência e de dificuldade de se fazer respeitar a constituição federal no estado de Goiás.

Neste sentido, os processos de resistência das famílias se dão no fortalecimento das comunidades, de suas organizações, na capacidade de incidência política e nas ações jurídicas que questionam a óbvia inconstitucionalidade das leis estaduais de Goiás que visam criminalizar lideranças e movimentos sociais. Além da preservação do cerrado e na produção de alimentos saudáveis.

